

ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO ENERGÉTICA A PARTIR DO CONTEXTO SUL-AMERICANO EM TRÊS MOMENTOS

Nathan Morais Pinto da Silva¹

Resumo

A geopolítica da energia tem recebido grande atenção no âmbito das relações internacionais desde as crises do petróleo ocorridas na década de 1970. A exploração, controle e acesso aos recursos energéticos, bem como a garantia de fontes de energia seguras e de baixo custo, dividem opiniões entre acadêmicos e formuladores de política externa em diversos países. Ainda assim, é possível constatar uma insuficiência de abordagens teóricas e analíticas dentro do estado da arte da disciplina, bem como a escassez de produções que considerem a temática a partir de uma perspectiva dos países em desenvolvimento. O objetivo do trabalho é, a partir da análise de três estudos de caso e de três correntes teóricas do campo das Relações Internacionais, compreender como a questão energética incide nas relações entre os países da América do Sul. A análise será realizada tendo em conta três contextos históricos distintos: as relações entre o Brasil e a Argentina durante as negociações do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, entre o fim da década de 70 e o início dos anos 80, a partir da teoria realista; a nacionalização dos setores de gás e petróleo bolivianos em 2006 e as consequências nas relações da Bolívia com o resto da região, tendo como referencial a abordagem da interdependência complexa inserida no programa de pesquisa liberal; e o uso da “diplomacia do petróleo” venezuelana como estratégia para a inserção internacional do país durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013), a partir dos argumentos de autores pertencentes ao campo da economia política internacional. Dessa forma, busca-se correlacionar os conceitos apresentados por essas correntes teóricas e as dinâmicas de transformação das relações entre os países sul-americanos nos três contextos históricos analisados.

Palavras-chave

América do Sul; política externa; diplomacia energética; geopolítica energética

¹ Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Membro pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política Externa e Regionalismo, da mesma universidade (LeRPE-UERJ). Contato: nathan.morais@hotmail.com

1. Introdução

A exploração, controle e acesso aos recursos energéticos têm sido temas de grande relevância no estudo das relações internacionais nas últimas décadas. A garantia de fontes de energia seguras e de baixo custo é observada como uma preocupação central dos Estados inseridos no sistema internacional em um contexto de globalização acelerada. Contudo, ainda é notável a insuficiência do estado da arte da disciplina em abordar o assunto através de uma abordagem teórica e analítica, sobretudo a partir de uma perspectiva dos países em desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é, a partir de uma breve análise de três estudos de caso, compreender de que maneiras a questão energética incide nas relações entre os países da América do Sul. Serão analisados três momentos em que os recursos energéticos tiveram um papel crucial na transformação das relações internacionais da região: o contexto das relações entre o Brasil e a Argentina durante as negociações do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, entre fim da década de 70 e o início da década de 80; a decisão do governo boliviano de nacionalizar os seus setores de gás e petróleo em 2006 e as consequências nas relações com o Brasil; e a utilização da “diplomacia do petróleo” como um meio de inserção internacional pela Venezuela durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013). A intenção é identificar os principais conceitos de algumas das principais correntes teóricas da disciplina – sendo destacados aqui o realismo, o liberalismo e as abordagens pertencentes ao campo da economia política internacional – em meio às dinâmicas de transformação observadas nos contextos analisados.

O artigo está estruturado de modo que, após essa introdução, será fornecido um breve histórico do estudo da questão energética na disciplina de Relações Internacionais, desde o surgimento do regime energético internacional após o primeiro choque internacional do petróleo na década de 70 até o contexto atual de transformação sistêmica, em meio ao qual essa questão desempenha um papel central. Em seguida, será empreendida a análise dos três casos escolhidos e então, uma seção referente às conclusões desenvolvidas a partir do estudo.

2. A questão energética nas Relações Internacionais: o cenário atual

O primeiro choque internacional do petróleo, decorrente de um embargo imposto pelos países árabes exportadores de petróleo a alguns países ocidentais em outubro de 1973, mudou a maneira como os recursos energéticos eram percebidos nas relações internacionais. A decisão

de interromper a exportação de petróleo aos países que apoiaram Israel no contexto da Guerra do Yom Kippur tomada pelos países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) causou uma crise internacional devido ao súbito aumento nos preços dessa matéria-prima (YERGIN, 1991).

A OPEP, criada em 1960, por Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque e Venezuela. De acordo com Igor Fuser, a criação da organização se deu por meio de uma iniciativa dos países fundadores de coordenar uma “estratégia coletiva para adquirir maior controle sobre o petróleo que produziam e, principalmente, ampliar a participação nos lucros obtidos com as exportações petrolíferas” (FUSER, 2013, p. 65-66). Outros países que se juntaram à OPEP em ocasião posterior são: Catar, Líbia, Indonésia, Emirados Árabes Unidos, Nigéria e Equador².

O embargo imposto em outubro de 1973 marcou a primeira ocasião em que a “arma do petróleo” como descrita por Daniel Yergin em seu livro *The Prize: The Epic Quest for Money, Oil and Power* (1991) foi utilizada pelos países árabes como um artifício para atender seus interesses em relação ao conflito árabe-israelense. O autor afirma que uma tentativa anterior de se usar a produção de petróleo como meio de barganha para atender interesses políticos no contexto do conflito árabe-israelense havia ocorrido durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Todavia, a “arma do petróleo” só se tornou efetiva após os países árabes se consolidarem como os principais exportadores de petróleo para os Estados Unidos (YERGIN, 1991, p. 593). Nessa ocasião, o mercado internacional do petróleo se converteu em um mercado de vendedores, com os países exportadores se mostrando capazes de criar um cenário de crise ao interromper o suprimento de recursos para os países importadores.

Em reação à crise, foi fundada no ano seguinte a Agência Internacional de Energia (AIE), cujo principal objetivo é a coordenação de políticas para a garantia do acesso aos recursos energéticos pelos seus membros. A AIE é composta principalmente pelos países importadores de recursos energéticos que foram afetados pelo embargo, em contraste com a OPEP, que consiste dos principais países exportadores de petróleo.

A partir de então, estudiosos das relações internacionais pertencentes a diversas correntes teóricas passaram a considerar os recursos energéticos como recursos de poder no sistema internacional. Hans Morgenthau, em *A Política entre as Nações*, reconhece que o choque do petróleo incorreu em mudanças drásticas no sistema, fazendo com que Estados até então irrelevantes tivessem uma atuação relevante na política internacional, devido ao caráter

2 Recentemente, o Equador anunciou sua decisão de deixar a OPEP a partir de 1º de janeiro de 2020, em meio a um contexto de crise financeira no país (EXAME, 2019).

estratégico dos recursos que possuíam (MORGENTHAU, 2003). Em *Power and Interdependence*, Robert Keohane e Joseph Nye citam o choque do petróleo como um exemplo das assimetrias de poder e da interdependência econômica presentes no sistema internacional (KEOHANE; NYE, 1989), através da observação de situações de sensibilidade e vulnerabilidade nas relações entre os Estados. Keohane volta a tratar do assunto em *After Hegemony*, onde o autor analisa a formação do regime energético internacional após a crise e como esse evento transformou as dinâmicas de governança do sistema (KEOHANE, 2005).

Quanto às abordagens da economia política internacional, destaca-se o trabalho de Susan Strange, que dedica um capítulo de sua obra *States and Markets* à análise da energia como uma estrutura do poder das nações (STRANGE, 1988). De acordo com a autora, a importância da energia como uma estrutura de poder na economia global se deve ao fato de todas as estruturas de poder primárias – como a segurança, as finanças e a produção de conhecimento – dependerem dela para se manterem em pleno funcionamento. Desse modo, pode-se concluir que a energia é um elemento estratégico no processo de desenvolvimento econômico do Estado, já que a autossuficiência nessa matéria permite que ele disponha de estruturas primárias mais fortes e eficientes.

Em meio ao contexto atual de mudanças geopolíticas e geoeconômicas no sistema internacional, a energia aparece como um tema recorrente. A busca pela segurança energética³ tem sido uma das maiores preocupações das potências emergentes, à medida que o cenário da unipolaridade norte-americana observado nas últimas décadas vem se transformando em uma situação de multipolaridade. Em *Adam Smith in Beijing*, obra na qual Giovanni Arrighi aborda a crise da hegemonia estadunidense e a “ascensão pacífica” chinesa no início do século XXI, o autor lembra o episódio da proposta de compra da companhia petrolífera norte-americana Unocal pela China National Offshore Oil Company (CNOOC), empresa estatal chinesa, em 2005. Na ocasião, o Congresso norte-americano vetou a venda sob o argumento de que a transação representaria uma ameaça à segurança nacional do país (ARRIGHI, 2007, p. 278). Segundo o autor, o episódio demonstra que a intensificação dos investimentos externos chineses, especialmente em áreas estratégicas como a exploração de recursos energéticos, representa uma ameaça à hegemonia global norte-americana.

Diante dos argumentos expostos, torna-se evidente a relevância da energia como uma área de interesse central na política internacional contemporânea, devido ao fato da crescente

3 A AIE define segurança energética como “a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível” (IEA, 2019, tradução nossa).

importância estratégica que os Estados têm atribuído ao assunto ao longo das últimas décadas. Todavia, ainda é notável a predominância dos países desenvolvidos e emergentes como a China e a Rússia no âmbito dos estudos da geopolítica energética. Sendo assim, é necessário localizar a relevância dos recursos energéticos nas dinâmicas das relações internacionais entre os países da América do Sul, bem como propor análises teóricas referentes a esses processos.

3. A energia e as relações internacionais na América do Sul

Após este breve panorama sobre a geopolítica energética mundial, é necessário compreender o papel da América do Sul nesse contexto. Em sua análise dos atuais desenvolvimentos na geopolítica mundial, Saul Cohen argumenta que o aumento da demanda por recursos naturais conferiu uma redescoberta da “importância estratégica” da América do Sul. O autor faz menção à Venezuela e ao uso da sua riqueza energética como instrumento para a promoção da ideologia socialista na região (COHEN, 2015, p. 10); além de citar as lideranças brasileiras tanto na produção do etanol derivado da cana-de-açúcar quanto na exportação de minério de ferro, bem como o desenvolvimento de uma estrutura de exploração de petróleo em plataformas *offshore* como argumentos para a elevação do Brasil a um status de grande potência no sistema internacional (Idem, p. 454).

Os três casos escolhidos para a análise aqui proposta são: a questão das negociações do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, ponto de inflexão nas relações entre Brasil e Argentina entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80; a decisão do governo boliviano em 2006 de nacionalizar seus setores de petróleo e gás natural, o que evidenciou uma situação de interdependência econômica entre Bolívia e Brasil; e o uso do petróleo venezuelano pelo governo de Hugo Chávez (1999-2013) como instrumento de promoção de um modelo de inserção internacional pautado na soberania energética. Acredita-se que a análise dos três casos aqui expostos é útil para se evidenciar a relevância da geopolítica energética nas relações internacionais do continente sul-americano a partir de contextos históricos e perspectivas teóricas distintas.

Entretanto, vale notar que a agenda de pesquisa referente ao tema não se esgota com a análise dos três casos propostos. Mais um exemplo da relevância dos recursos energéticos como determinante das relações internacionais dos países da região é a já mencionada liderança brasileira na produção e exportação de biocombustíveis, através da “diplomacia do etanol” (DALGAARD, 2017), consistindo em uma estratégia de transformação do etanol derivado da

cana-de-açúcar – matéria-prima abundante no território brasileiro – em um *commodity* internacional.

3.1. As relações entre Brasil e Argentina no contexto da crise de Itaipu

Durante os últimos anos da década de 1970, as relações entre Brasil e Argentina se encontravam estremecidas. O governo argentino se sentia ameaçado diante do projeto de “Brasil potência emergente” materializado na política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), enquanto o governo brasileiro entendia que a Argentina não dispunha mais da capacidade de influenciar na posição do Brasil em relação à América do Sul, devido a uma série de assimetrias econômicas e políticas entre os dois países. Miriam Saraiva (2012, p. 56) caracteriza esse período como um contexto de “rivalidade assimétrica”. A questão da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que já desgastava as relações entre os países desde, pelo menos, a década de 1960, era central a essa discussão.

Em 1972, Brasil e Argentina assinaram o Acordo de Nova Iorque, em uma tentativa de solucionar a questão. Contudo, após a assinatura em 1973 do Tratado de Itaipu – que previa a criação da empresa Itaipu Binacional, que viria a ser a administradora da usina – entre Brasil e Paraguai sem consulta prévia ao governo de Buenos Aires, a desconfiança por parte dos argentinos em relação ao Brasil aumentou, causando a denúncia do acordo firmado no ano anterior no âmbito das Nações Unidas (SARAIVA, 2012, p. 51). Somando isso à morte de Perón e ao conseqüente processo de agravamento da crise política na Argentina, as relações entre os dois países se estagnaram, adiando qualquer possibilidade de um acordo. A questão foi resolvida em 1979, com a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus entre os três países. A solução só foi possível graças à diminuição gradual das tensões e a uma maior vontade política de criação de consenso por parte tanto do Brasil quanto da Argentina, impulsionada pelos núcleos formuladores da política externa do governo brasileiro de João Figueiredo (1979-1985), em um contexto marcado pela liberalização política que marcou o fim do regime militar no Brasil.

Elementos como desconfiança, insegurança e rivalidade pautaram as relações entre Brasil e Argentina no período em questão. Os autores pertencentes à corrente teórica realista das Relações Internacionais – com destaque para Hans Morgenthau e Kenneth Waltz (MORGENTHAU, 2003; WALTZ, 1979) – tratam com prioridade essas questões, argumentando que o sistema internacional possui um caráter anárquico, onde cada Estado busca

o seu próprio interesse nacional. De acordo com Jackson e Sorensen (2013, p. 66), “o núcleo normativo do realismo é a segurança nacional e a sobrevivência estatal”. Assim, segundo os autores, os Estados inseridos no sistema não podem confiar em seus pares e, por isso, todos os acordos firmados dependem da vontade que os países dispõem de cumpri-los.

As premissas do realismo explicam a desconfiança por parte da Argentina perante o Brasil após a assinatura do Tratado de Itaipu, fomentando um sentimento de insegurança em relação ao vizinho. O governo de Buenos Aires considerava a questão de Itaipu um elemento estratégico para a sua segurança nacional, tanto no sentido do acesso aos recursos energéticos quanto da sua integridade física. Dessa forma, os argentinos interpretaram a posição do Brasil diante da questão como uma ameaça à sua sobrevivência estatal. Após as mudanças observadas nas políticas externas de ambos os países nos anos seguintes, o sentimento de insegurança se dissipou, e assim, a questão ficou mais próxima de uma resolução pacífica.

3.2. A nacionalização dos hidrocarbonetos e a Bolívia como centro energético da América do Sul

Em maio de 2006, o presidente boliviano Evo Morales – então no seu primeiro ano no cargo – decretou a nacionalização dos setores de petróleo e gás do país, cumprindo uma promessa de campanha. Nessa ocasião, o governo boliviano fez uso das forças armadas do país para assumir o controle das refinarias de empresas estrangeiras, com a justificativa de que os lucros obtidos pelas empresas estrangeiras eram desproporcionais ao repasses recebidos pelo Estado. A empresa brasileira Petrobras era à época a empresa petrolífera com maior participação na Bolívia, tendo investido US\$ 1,5 bilhão no país andino entre 1997 e 2005, e as importações de gás natural realizadas pela empresa representavam 18% do Produto Interno Bruto boliviano naquela ocasião (UOL, 2006). Pela primeira vez em cinco décadas, a questão energética foi motivo de instabilidade nas relações entre Brasil e Bolívia.

No ano de 1957, os dois países assinaram os Acordos de Roboré, que, entre outras questões, definia as regras para a exploração de petróleo nas áreas fronteiriças entre os dois países. A assinatura dos acordos teve uma repercussão negativa entre os setores nacionalistas da opinião pública brasileira, sob as alegações de que o acordo possuía caráter entreguista, favorecendo empresas norte-americanas instaladas na Bolívia (RIBEIRO, 2014, p. 40-41).

A nacionalização dos hidrocarbonetos pode ser considerada o marco inicial da estratégia boliviana de transformar o país no “coração energético da América do Sul” (BOLÍVIA, 2018),

termo evidenciado em um relatório publicado pelo ministério da Comunicação do país em agosto de 2018. A consolidação da Bolívia como centro energético do continente é um dos pilares da estratégia de política externa do país sob o governo de Morales, em conjunto com a formalização do conceito de “Estado plurinacional”. Esse conceito foi caracterizado por Bernal-Meza (2016, p. 21) como “uma nova forma de entender e exercer os direitos e a autonomia de comunidades regionais e indígenas, cujas dinâmicas de relações internacionais diferem da tradicional prática da diplomacia interestatal”. O autor lembra que o país incorporou o conceito na sua Constituição em 2009, caracterizando-o como o “tipo ideal” do Estado boliviano. A partir desse momento, os povos nativos das regiões rurais do país foram contemplados com o direito exclusivo de uso e exploração dos recursos naturais localizados em seu território. O mesmo autor também aponta para o uso do conceito “diplomacia dos povos” (Idem, p. 22-23) para caracterizar esse processo de empoderamento dos povos nativos no âmbito da política externa do país.

A teoria da interdependência complexa pertencente à corrente liberal das relações internacionais pode explicar como a decisão boliviana de nacionalizar os hidrocarbonetos afetou as relações do país com o Brasil. Os liberais aderentes a essa teoria argumentam que os recursos de poder dos Estados muitas vezes são específicos a *issue areas* (áreas de interesse), não necessariamente sendo traduzidos para outras questões (JACKSON; SORENSEN, 2013, p. 109). O caso da Bolívia é um exemplo claro dessa assimetria: o país não dispõe de grandes capacidades materiais nos campos econômico e militar, mas exerce grande influência na questão energética, sobretudo no contexto sul-americano, devido à abundância de recursos naturais em seu território e a detenção dos seus meios de exploração.

Os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade introduzidos por Robert Keohane e Joseph Nye são úteis para compreender a situação com maior clareza. De acordo com os autores, a sensibilidade busca indicar o quão rapidamente as mudanças ocorridas em um país afetam a sociedade de outro, e qual o custo dessas transformações. Por sua vez, a vulnerabilidade considera os custos das alternativas e ajustes disponíveis que possam neutralizar o efeito da interdependência (KEOHANE; NYE, 1989, p. 10-13). No contexto da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, tanto a sensibilidade quanto a vulnerabilidade brasileira em relação à questão eram altas, pois grande parte do gás natural importado pelo Brasil advinha da Bolívia, e o país não possuía acesso a fontes alternativas confiáveis no curto prazo. O caso evidencia a existência de uma situação de interdependência econômica e

energética entre os dois países, além da importância estratégica dos recursos energéticos no processo de formulação das políticas externas de ambos.

3.3. A insubordinação fundadora venezuelana e a diplomacia do petróleo

A Venezuela é um dos maiores produtores e exportadores de petróleo no mundo, sendo o único país localizado fora do Oriente Médio a fundar a OPEP em 1960. Hoje, ao lado do Equador, é um de dois países latino-americanos membros da organização. De acordo com Fuser (2013, p. 157), o país “reassumiu seu papel de vanguarda no cenário global da energia no governo de Hugo Chávez”, através de uma política de retomada do controle da riqueza petrolífera do país pelo Estado venezuelano. Por meio de uma série de medidas executivas e com o controle do poder legislativo, o governo Chávez retomou o poder executivo sobre a petrolífera estatal Petróleos de Venezuela (PdVSA), interrompendo a ação de *joint ventures* conduzidas pela empresa e aumentando o seu repasse de receitas para o governo federal. Essas medidas resultaram em um cenário de instabilidade política no país que culminou em uma tentativa de golpe de Estado em abril de 2002.

A estratégia de política externa do governo venezuelano de Chávez foi marcada por uma atitude contestadora do *status quo* internacional, com o país desempenhando um papel de “quebrador de regras” no sistema, desempenhando um papel proativo em fóruns multilaterais e contestando a ordem liberal vigente (SERBIN, 2018, p. 26-27), impulsionando a fragmentação do regionalismo latino-americano. Um exemplo disso é a liderança venezuelana no âmbito da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), iniciativa de integração regional também integrada por Bolívia e alguns países da América Central e do Caribe alinhados ideologicamente à Venezuela, como Cuba e Nicarágua.

A ALBA surge como uma tentativa de se confrontar diretamente a proposta norte-americana do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), porém não se restringindo apenas ao âmbito econômico-comercial. De acordo com Sonia Alda Mejias, “o novo tipo de guerra imperialista adotou diferentes formas: econômica, política, social, psicológica, midiática e mesmo armada” (ALDA MEJIAS, 2012). A integração energética desempenha um papel fundamental nos marcos da ALBA, através de proposta da formação da Petroamérica – iniciativa de integração das empresas petrolíferas estatais da América Latina e do Caribe – e de iniciativas subregionais como Petrosul, Petrocaribe e Petroandina (JÁCOME, 2007).

Ocorre nesse momento a consolidação do princípio batizado por Marcelo Gullo como “insubordinação fundadora”, que depois veio a ser incorporado oficialmente nas diretrizes da política externa do país (BERNAL-MEZA, 2016, p. 12-13). A insubordinação fundadora consiste em um projeto de emancipação dos países periféricos em relação ao pensamento internacional dos países centrais. Nas palavras do autor, “pensar desde a periferia para sair da periferia” (GULLO, 2015, p. 23). Esse processo de emancipação ideológica seria, segundo Gullo, uma condição essencial para a superação do subdesenvolvimento.

O governo de Caracas tem incorporado os recursos energéticos e, principalmente, o controle estatal exercido sobre eles, na sua estratégia nacional de política externa; sobretudo por meio da intensificação das relações econômicas com a China, o maior contestador da hegemonia norte-americana das últimas décadas. A esse movimento foi atribuído o nome “petrodiplomacia”, como conceituado por Silvia Hernández Rada (2011):

“Entiéndase por este término la correlación de intereses energéticos que se tornan estratégicos para el desarrollo y concreción de negocios internacionales en esta área. En este sentido la República Popular China se ha devenido en una nación dependiente de recursos naturales y materias primas que necesita mantener e incrementar su nivel de desarrollo; esa estructura de desarrollo y la necesidad de que se consagre como un potencia está sostenida fundamentalmente en la seguridad energética” (RADA, 2011, p. 4).

De acordo com Joseph Cheng e Huangao Shi, até o início dos anos 2000 as relações sino-venezuelanas têm sido caracterizadas por uma “interdependência assimétrica” (CHENG; SHI, 2008, p. 112). Com a eleição de Chávez, as relações econômicas com a China se tornaram uma das bases de sustentação da política externa venezuelana. Em 2001, os dois países assinaram um memorando de entendimento sobre cooperação energética. Hoje, a Venezuela é um dos principais exportadores de petróleo para a China, cuja demanda energética tem aumentado graças ao seu crescimento econômico e demográfico. Segundo dados do Observatório de Complexidade Econômica (OEC, 2017a), 91% das exportações venezuelanas para a China, em 2017, consistiam em petróleo bruto – totalizando US\$ 5,84 bilhões – que por sua vez compunham 4% das importações chinesas do mesmo produto (OEC, 2017b).

Por outro lado, o governo de Pequim concede empréstimos e financiamentos ao governo venezuelano. Em 2007, foi criado o Fundo Conjunto Sino-Venezuelano, consórcio financeiro operado conjuntamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Venezuelano (FONDEN) e o Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB). Entre 2007 e 2013, os empréstimos e financiamentos realizados através do Fundo Conjunto Sino-Venezuelano totalizaram US\$ 38 bilhões (ROMERO, 2016, p. 19).

Dessa forma, a Venezuela atua diretamente no processo de transformação sistêmica caracterizado pela ascensão chinesa observado nos últimos anos, o que condiz com o caráter emancipatório da periferia presente no princípio da insubordinação fundadora. Entretanto, as sucessivas crises políticas e econômicas no país e a morte de Hugo Chávez em 2013 levaram ao fim das perspectivas de sucesso em relação à petrodiplomacia como estratégia de inserção internacional.

A partir do campo da economia política internacional, é possível traçar uma análise teórica da doutrina da insubordinação fundadora aplicada pela política externa venezuelana para o setor energético no governo Chávez. A teoria da análise do sistema mundo de Immanuel Wallerstein defende que a economia mundial é dividida em uma hierarquia composta por núcleo, semi-periferia e periferia. A economia mundial no sistema mundo é pautada em trocas desiguais, onde o excedente econômico gerado na periferia é transferido para o núcleo. Contudo, como afirmam Jackson e Sorensen (2013, p. 172), a economia mundial não é estática e a posição dos atores nessa hierarquia é sujeita à mudança, bem como os recursos de poder envolvidos nas atividades econômicas entre as partes do sistema. Assim sendo, é possível inferir que a Venezuela fez uso, ainda que sem sucesso, da reafirmação da sua soberania energética e do princípio da insubordinação fundadora como estratégias para a mudança da posição do país no sistema internacional.

4. Considerações finais

Este artigo teve como intenção evidenciar a relevância das questões referentes aos recursos energéticos e a sua exploração, controle e comercialização no campo das relações internacionais, atribuindo foco às dinâmicas ocorridas na América do Sul em três momentos distintos. Primeiramente, localizamos a questão energética desempenhando um papel central na disciplina de Relações Internacionais no período após o primeiro choque internacional do petróleo, na primeira ocasião em que a “arma do petróleo” foi utilizada de forma efetiva pelos países exportadores. O surgimento do regime internacional energético composto pela OPEP e pela AIE na década de 1970 tornou a geopolítica da energia um dos temas mais importantes da disciplina, inspirando estudos de variadas correntes teóricas. Quanto ao contexto atual, observamos que a busca por fontes de energia seguras e de baixo custo tem sido uma preocupação dos Estados, independente do seu nível de desenvolvimento.

Nos três casos aqui analisados, é evidente a centralidade dos recursos energéticos na transformação das dinâmicas das relações entre os países sul-americanos. No caso das relações entre Brasil e Argentina no contexto da crise de Itaipu, a utilização dos rios era um motivo de impasse entre os dois países, pois ambos consideravam a questão um elemento estratégico para a segurança nacional. Essa situação fomentou um sentimento mútuo de desconfiança que só se atenuou após transformações internas que suscitaram mudanças na política externa de ambos os países em relação à questão.

Quanto à questão dos hidrocarbonetos na Bolívia, a decisão do governo boliviano de nacionalizar os recursos energéticos em seu território causou reflexos no Brasil, que tinha uma grande atuação nesse mercado no país vizinho através da participação e dos investimentos da Petrobras. Mostraram-se evidentes a sensibilidade e a vulnerabilidade do Brasil perante a questão, devido à sua alta dependência das importações do gás natural boliviano e a ausência de fontes alternativas disponíveis a curto prazo.

No que diz respeito à diplomacia do petróleo venezuelana do governo Chávez, o país fez uso dos recursos energéticos como ferramenta para conquistar uma posição de maior destaque e relevância na hierarquia da economia mundial, reforçando o caráter contestador de normas da ordem internacional liberal inerente à doutrina da insubordinação fundadora, posta em prática pelo governo em questão. As relações econômicas com a China, reforçadas pelo grande fluxo de exportação de petróleo para o gigante asiático e pelos empréstimos e financiamentos chineses na Venezuela, formaram o elemento central dessa estratégia. Contudo, fatores internos como a instabilidade política e econômica no país impediram que o projeto de inserção internacional pautado na diplomacia do petróleo tivesse sucesso.

A análise destes três casos, representando recortes temporais e atores distintos, comprova a importância da questão energética na política internacional. É importante ressaltar o fato de que a relevância dessa área de interesse na disciplina das Relações Internacionais é constante, pois pode ser observada independente do seu contexto histórico. Ademais, também é possível comprovar que se trata de um assunto que pode ser abordado a partir de várias correntes teóricas e conceitos dentro do escopo da disciplina, multiplicando as possibilidades de futuros estudos sobre o tema.

Referências bibliográficas

ALDA MEJIAS, Sonia. El ALBA y su propuesta de integración militar. In: ALDA MEJIAS et al. Gobernabilidad y democracia: defensa y transiciones de Brasil y España. Santiago: RIL Editores, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century. London/New York: Verso, 2007.

BERNAL-MEZA, Raúl. Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions. In: Revista Brasileira de Política Internacional, n. 59, v. 1, 2016, p. 1-32.

BOLIVIA, Estado Plurinacional de. Ministerio de Comunicación. Seremos el corazón energético de Sudamérica: Logros del Estado Plurinacional de Bolivia, agosto de 2018. Disponível em: <<https://comunicacion.gob.bo/sites/default/files/media/publicaciones/CARTILLA%20ENERGIA%20nuevo%20corregida.pdf>>. Último acesso em: 24 de julho de 2019.

CHENG, Joseph Y. S.; SHI, Huangao. Sino-Venezuelan Relations: Beyond Oil. In: Issues & Studies, v. 44, n. 3, 2008, p. 99-147. Disponível em: <http://www.redalch-china.org/monitor/images/pais/Venezuela/investigacion/206_Venezuela_2008_Sinovensa.PDF>. Último acesso em: 23 de outubro de 2019.

COHEN, Saul. Geopolitics: The geography of international relations. New York: Rowman & Littlefield, 2015.

DALGAARD, Klaus. Energy statecraft of Brazil: The rise and fall of Brazil's ethanol diplomacy. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

EXAME. “Equador vai se retirar da Opep em janeiro de 2020”, 1º de outubro de 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/equador-vai-se-retirar-da-opep-em-janeiro-de-2020/>>. Último acesso em: 23 de outubro de 2019.

FUSER, Igor. Energia e Relações Internacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

GULLO, Marcelo. La insubordinación fundante: breve historia de la construcción del poder de las naciones. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). What is energy security?. Disponível em: <<https://www.iea.org/topics/energysecurity/whatisenergysecurity/>>. Último acesso em: 15 de outubro de 2019.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introduction to International Relations Theories and Approaches. Oxford: Oxford University Press, 2013.

JÁCOME, Francine. Segurança e integração “bolivariana” no marco da política exterior da Venezuela (1999-2006). In: Cadernos Adenauer, n. 1, v. 8, 2007.

KEOHANE, Robert. After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 2005.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power and interdependence. 2nd. ed. New York: Harper Collins, 1989.

MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações. Brasília: Ed. da UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. What does Venezuela export to China? (2017). OEC, 2017a. Disponível em: <http://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/ven/chn/show/2017/>. Último acesso em: 15 de outubro de 2019.

_____. Where does China import Crude Petroleum from? (2017). OEC, 2017b. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/chn/show/2709/2017/>. Último acesso em: 15 de outubro de 2019.

RADA, Silvia Hernández. Venezuela y China: relaciones económicas en el régimen de Hugo Chávez (1999-2011). In: Observatorio de la Economía y la Sociedad China, n. 15, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/china/15/shr.pdf>>. Último acesso em: 15 de outubro de 2019.

RIBEIRO, Renata Albuquerque. Inserção internacional e energia: a política externa de Lula para biocombustíveis. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROMERO, Ana María Cardona. China en Venezuela: los préstamos por petróleo. Colômbia: Asociación Ambiente y Sociedad, 2016. Disponível em: <<http://www.ambienteysociedad.org.co/wp-content/uploads/2017/01/China-prestamos-petroleo-publicacion-AAS-2016.pdf>>. Último acesso em: 23 de outubro de 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

SERBIN, Andrés. América Latina y el Caribe frente a un nuevo orden mundial: crisis de la globalización, reconfiguración global del poder y respuestas regionales. In: SERBIN, Andrés. América Latina y el Caribe frente a un nuevo orden mundial: poder, globalización y respuestas regionales. Buenos Aires: Ediciones CRIES, 2018, p. 13-33.

STRANGE, Susan. States and Markets: second edition. New York: Continuum, 1988.

UOL. “Entenda a nacionalização do gás da Bolívia”, 13 de maio de 2006. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/05/13/ult82u5893.jhtm>>. Último acesso em: 24 de julho de 2019.

WALTZ, Kenneth N. Theory of international politics. New York: McGraw-Hill, 1979.

YERGIN, Daniel. The Prize: The Epic Quest for Money, Oil and Power. New York: Simon & Schuster, 1991.